

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.432 - SP (2019/0014842-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : DENIS ATANAZIO - SP229058  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) - PE023748  
**AGRAVADO** : CLAUDIA BARBOSA SANTANA  
**AGRAVADO** : ISOLINA BARBOSA SANTANA  
**ADVOGADOS** : AYRTON MENDES VIANNA - SP110408  
THIAGO RAMOS VIANNA E OUTRO(S) - SP279419  
**INTERES.** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO. Agravo de Instrumento prejudicado. Ausência de prova do desacerto da r. decisão impugnada. Ato decisório mantido. RECURSO DESPROVIDO" (fl. 661 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 698/702 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 705/726 e-STJ), a recorrente alega violação do art. 525, § 1º, incisos II e VI, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 1º da Lei nº 12.409/2011, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, ser

*"(...) cabível a alegação de ilegitimidade de partes de incompetência do juízo, mesmo em fase executória, sem qualquer ofensa a coisa julgada, a justificar o conhecimento e o provimento do presente recurso (...)*

*Em sede de julgamento de Agravo de Instrumento o Tribunal entendeu pela impossibilidade de deslocamento dos autos à Justiça Federal, em razão do mesmo já se encontrar em fase de cumprimento de sentença, bem como pela impossibilidade de reconhecimento da ilegitimidade ativa alegada por esta Recorrente, em razão de que essas questões já tinham sido decididas e que eventual reapreciação ofenderia, igualmente, a coisa julgada.*

*Contudo, concessa máxima vênia, a decisão que ora recorrida encontra-se eivada de vícios e contradições que podem vir a trazer enorme prejuízo a esta Seguradora Recorrente caso não sejam sanados, em virtude de que não houve observância ao art. 475-L IV, CPC/73, atual 525, § 1º, II do CPC/15".*

Contrarrazões às fls. 730/741 (e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 742/743 e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

De início, no tocante à tese em torno dos artigos considerados violados, verifica-se que não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissão porventura existente, não indicou a parte recorrente a contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ART. 397 DO CÓDIGO CIVIL. SÚMULA 211 DO STJ.**

1. A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211 do STJ.

2. Persistindo a omissão no julgado, cabe ao recorrente alegar, nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015), a fim de que não haja supressão de instância.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 875.774/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 4/10/2016, DJe 7/10/2016).

Com relação ao dissídio sustentado, o recurso não pode ser conhecido.

Nos termos dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os

casos apontados e a divergência de interpretações.

A propósito:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. PROCEDIMENTO DE EMERGÊNCIA. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

(...)

*2. A recorrente não cumpriu o disposto nos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pois a demonstração da divergência não se perfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, o que não foi feito na hipótese.*

*3. Agravo interno improvido"* (AgInt no AREsp 1.154.946/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 2/2/2018).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de fixar os honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 19 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator